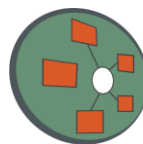




Curitiba – PR
De 8 a 10 de maio
2013



COMPOLÍTICA
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA
DE PESQUISADORES EM
COMUNICAÇÃO E POLÍTICA

JOSÉ CRISTIAN GÓES

JORNALISMO SENSACIONALISTA: A CONSTRUÇÃO DE UMA ESFERA PÚBLICA LIMITADA

Artigo apresentado ao **Grupo de Trabalho de Cultura política, comportamento e opinião pública** no V Congresso da Compolítica, realizado em Curitiba/PR, entre os dias 8 e 10 de maio de 2013.

ISSN 2236-6490

MAIO 2013



COMPOLÍTICA
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA
DE PESQUISADORES EM
COMUNICAÇÃO E POLÍTICA

V Compolítica, 8 a 10 de maio de 2013 – Curitiba/PR

Jornalismo sensacionalista: a construção de uma esfera pública limitada

José Cristian Góes¹

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE (UFS)

cristiangoes_brasil@yahoo.com.br

¹ Jornalista. Mestrando em Comunicação e Sociedade na Universidade Federal de Sergipe (UFS).
Contato: cristiangoes_brasil@yahoo.com.br

Resumo: Este trabalho é parte de uma pesquisa mais ampla que busca identificar o uso do sensacionalismo na mídia, não apenas como ferramenta mercadológica para conquistar amplas audiências, mas como uma estratégia de construção e reafirmação de imaginários de periculosidade das camadas populares. Para este artigo, produzido a partir de estudo teórico inicial, observa-se como notícias de crime e violência contribuem na representação criminalizada da pobreza e no controle social, produzindo uma barbárie domesticada e gerando uma esfera pública limitada.

Palavras-chave: Jornalismo, sensacionalismo; representação social, criminalização da pobreza, esfera pública.

Introdução: para além do sensacionalismo aparente

A prática noticiosa centrada prioritariamente na seleção e na ênfase de elementos narrativo /imagéticos exagerados e desproporcionais é classificada como jornalismo sensacionalista. Jornais, *sites* e programas de rádio e tv que se dedicam à cobertura excessiva de fatos violentos, histórias humanas, casos bizarros recebem carga analítica negativa. Uma das principais críticas é que esse formato, identificado como de mau gosto, barato e destinado às camadas populares teria somente compromisso mercadológico, isto é, não passaria de uma peça na lógica empresarial para atrair amplas audiências e, por conseguinte, garantir lucros às organizações jornalísticas. Dessa forma, o modelo de imprensa sensacionalista não estaria comprometido com pressupostos ético-normativos, que por sua vez estão abrigados, em tese, no que se chama de *jornalismo de referência*.

As críticas ao sensacionalismo na imprensa têm, de fato, alguns fundamentos, especialmente no tocante à espetacularização da notícia como ferramenta comercial. No entanto, este artigo propõe ir além de constatações mais imediatas sobre esse formato. A utilização do sensacionalismo na imprensa seria apenas uma estratégia mercadológica para atrair audiências? Existiriam aspectos relevantes, para além do interesse comercial, que transformaram o formato sensacionalista numa eficaz estratégia midiática?

A hipótese central é de que o sensacionalismo, além de ser uma peça mercadológica significativa, funciona também como uma importante estratégia discursiva na construção e reafirmação de imaginários coletivos, de estereótipos e de representação social das camadas populares como grupos perigosos, justificando, assim, políticas de controle social. A cobertura de fatos violentos se constitui, nesse cenário, em um ambiente privilegiado nas produções sensacionalistas para, a partir da difusão da cultura do medo, reproduzir discursos que criminalizam a pobreza.

Em razão de sua capacidade de atingir audiências ampliadas, especialmente junto às camadas mais populares, a imprensa sensacionalista se converte em um explícito fenômeno de inversão jornalística porque atua, estratégica e pedagogicamente, domesticando a barbárie a partir de acontecimentos exemplares, e assim, limitando sobremaneira a esfera pública, transformando-se num instrumento que atenderia aos interesses de grupos privados e políticos dominantes. Como aberração, o sensacionalismo comprometeria uma das principais contribuições do jornalismo enquanto instituição social: a de ser um espaço privilegiado de informação para o debate qualificado, formação e participação da cidadania na vida pública.

Antes, porém, de enfrentar a hipótese deste artigo, faz-se necessário esclarecer sobre a conceituação de sensacionalismo, evitando generalizações reducionistas.

O sensacionalismo está ligado ao exagero; a intensificação, a valorização da emoção; à exploração do extraordinário, à valorização de conteúdos descontextualizados; à troca do essencial pelo supérfluo ou pitoresco e inversão de conteúdo pela forma. O sensacionalismo tem servido para caracterizar inúmeras estratégias da mídia em geral, como superposição do interesse público; a exploração do interesse humano; a simplificação; a deformação; a banalização da violência, da sexualidade e o consumo; a ridicularização das pessoas humildes (...) (AMARAL, 2006, p.21)

Nessa mesma perspectiva, Pedroso (2001, p. 52) afirma que o sensacionalismo se caracteriza pela “intensificação e exagero gráfico, temático, linguístico e semântico, contendo em si valores e elementos desproporcionais, destacados, acrescentados ou subtraídos no contexto de representação e construção do real social”.

Não de forma diversa, Angrimani (1995, p. 16) lembra que o sensacionalismo é “tornar sensacional um fato jornalístico que, em outras circunstâncias editoriais, não mereceria esse tratamento.” Amaral (2006); Pedroso (2001); Angrimani (1995); e outros autores de referência já apontavam um aspecto do jornal sensacionalista que não foi amplamente desenvolvido: ele age como “um educador, proibindo e castigando, mas também com propósitos mais cruéis: há humilhação, domínio, (controle sobre o objeto) e uma perspectiva de quem quer ferir, causar dor” (ANGRIMANI, 1995, p.78).

Divide-se, para efeitos desse estudo, o sensacionalismo em três campos de conteúdo que, às vezes, têm interseções: 1) o que se centra na cobertura de violência, com atenção majoritária às camadas populares; 2) o que busca dar ênfase à vida privada de celebridades do momento, como revelações íntimas e escandalosas; e 3) o que trata do so-

brenatural, de feitos extraordinários da ciência, de casos religiosos fantásticos e escatológicos. É sobre o primeiro campo de conteúdo que este artigo busca se dedicar.

A condição pedagógica do Jornalismo

O sensacionalismo é um formato abrigado no jornalismo, que por sua vez é uma instituição social reconhecida de alta relevância na vida moderna, que atua fundamentalmente operando à seleção, hierarquização, síntese, tradução e transformação de milhões de eventos do cotidiano em algumas notícias. Estas poderão, em seu conjunto, consolidar uma ideia geral do que é a realidade, a vida concreta, o percebível.

Park (1972, p. 183) assegura que as notícias têm como missão a construção de uma espécie de “coesão” na sociedade. Através delas, as pessoas se informam sobre o que seria realidade e esse “tomar conhecimento” necessariamente acaba produzindo uma série de atitudes, gerando identidade. Em outras palavras, a notícia teria uma clara funcionalidade: orientar o homem e a sociedade num mundo. Essa condição de *orientação* é fundamental, segundo Park (1972) porque se pode preservar certa sanidade dos sujeitos e a permanência da sociedade como ela é.

A capacidade de orientação e organização social pelo jornalismo, através das notícias, também chamou a atenção de Rodrigues (1999, p. 33) quando ele afirma que “o discurso dos *media* surge para organizar a experiência do aleatório e lhe conferir racionalidade”. Assim, a notícia, como “prosa do presente”, atua na formação de uma ordem identitária social. Vale refletir sobre o que disse Gitlin (1980, p. 05)

Dentro de seus nichos particulares, pessoas se descobrem confiando nos *media* para formar conceitos, imagens de seus heróis, informação orientadora, responsabilidades emocionais, reconhecimento dos valores públicos, símbolos em geral, e mesmo, linguagem. De todas as instituições da vida diária, são os *media* que se especializam em orquestrar a consciência do dia a dia em virtude da sua difusibilidade, sua acessibilidade, sua capacidade simbólica centralizada.

A notícia não estaria enquadrada apenas como produto final e acabado do jornalismo, mas deve ser compreendida como um vivo, complexo e intenso processo social, que acaba construindo e revelando o mundo presente, concretizado em nossa percepção da vida. Como já observado, a notícia possui certas características didáticas em seu processo, que envolveriam uma espécie de ensinamento, orientação, explicação educativa do mundo concreto, antes desorganizado, “aleatório”, depois pretensamente claro, inteligí-

vel, compreensível. Não que este seja o papel primordial do jornalismo, mas na medida em que ele se consolida como uma instituição necessária de informação para a vida em sociedade gera, necessariamente, uma condição educativa informal. O jornalismo teria, por sua natureza, um viés pedagógico subliminar, não plenamente perceptível, mas que aparece de forma diluída no processo complexo de produção das notícias.

Nessa perspectiva, Vizeu (2009, p. 80) advoga que o papel de organizar o mundo do jornalismo está diretamente ligado à audiência. “Por isso, há uma preocupação pedagógica no jornalismo que se legitima como o lugar de ‘poder mostrar’, de ‘poder dizer’ e de ‘poder analisar’”. O jornalista, enquanto sujeito ativo nesse processo acaba se tornando assim, nas palavras de Vizeu, um necessário “enunciador pedagógico” que no cotidiano trabalha de forma didática para pré-ordenar “o universo do discurso visando o leitor”.

Quem também reconhece o potencial *instrutivo* do jornalismo é Tuchmann (1983, p. 16), que chega a garantir que em razão de dar amplo caráter público aos acontecimentos, a notícia se torna “uma primordial instrução social”. Mas logo ela adverte: “a notícia é um produto de uma instituição social e que está incorporada em suas relações com outras instituições” (TUCHMANN, 1983, p. 17). Olhando para as notícias, Bird e Dardenne (1999, p. 265, grifo dos autores) lembram que elas “como sistema simbólico duradouro *ensina* os públicos mais do que qualquer das suas partes componentes, mesmo se essas partes tivessem como finalidade informar, irritar ou entreter”.

Sem adentrar explicitamente na condição pedagógica, Thompson (2012) acaba dialogando com ela na medida em que utiliza o “poder simbólico” para se referir à capacidade que tem os meios de intervir nos acontecimentos, influenciar as ações dos outros e produzir eventos por meio da produção e da transmissão das formas simbólicas. Diz o autor (2012, p. 42) que “o exercício do poder simbólico pressupõe necessariamente uma forma de desconhecimento da parte daqueles que são submetidos a ele”. Importante destacar que Thompson (2012, p. 70) lembra que os indivíduos, ao interpretar as formas simbólicas apresentadas, acabam as incorporando e, para ele, “apropriar-se de uma mensagem é apoderar-se de um conteúdo significativo e torná-lo próprio. É adaptar a mensagem à nossa própria vida e aos contextos e circunstâncias em que a vivemos”, isto é, resultado do processo de ensinamento.

O caráter pedagógico do jornalismo também foi abordado por Kellner (2001, p. 11) ao defender que os meios de comunicação “ensinam” os indivíduos o modo de pensar e sentir, o que temer, “forjando sua identidade”. Alerta o autor que é através de uma “pedagogia cultural” que são difundidas ideologias para “ensinar” qual o papel de cada indi-

viduo dentro da estrutura social. Este tipo de *ensinamento* produzido no cotidiano pelo jornalismo é de alta relevância porque se compreende que a prática jornalística é também uma prática educativa na construção do indivíduo. Assim, o sujeito reconhece qual é o seu papel no extrato social, ou seja, onde ele estará inserido na coletividade e quais suas funções “normais” a desempenhar, mas também compreenderá que precisa aceitar o *status quo* como é, isto é, o papel dos outros e das instituições sociais.

O noticiário não é, simplesmente, um “espelho” do mundo; é um conduto de ideias e símbolos, um produto industrial que promove pacote de ideias e ideologias e serve, em consequência, como lastro social, embora às vezes seja também arauto de mudanças sociais. O noticiário é uma distorção cognitiva. O assunto é assim; as mídias fazem com que pareça assado (GITLIN, 2003, p. 10).

Dois aspectos que merecem chamar atenção. Primeiro que existem esforços de burla, reação, crítica e tentativas de rompimento com algumas práticas comunicativas identificadas como de *dominação*, principalmente numa série de iniciativas de comunicação produzidas por movimentos sociais, sindicais e populares. Segundo aspecto é que o jornalismo enquanto um exercício pedagógico atua em alguns casos para o esclarecimento ao público sobre seus direitos na sociedade. Insere-se, por exemplo, em campanhas de prevenção à saúde, o que poderá produzir resultados sócio-educativos interessantes ao exercício da participação social a partir do relevante interesse público.

Representações sociais e as notícias de crime

O conteúdo simbólico internalizado pedagogicamente chama à discussão o poder das representações sociais, compreendida como “formas simbólicas que servem em circunstâncias particulares para estabelecer e sustentar relações de domínio” (THOMPSON, 2012, p. 271/272). A condição pedagógico-simbólica do jornalismo tem como um dos seus resultados a constituição e/ou reafirmação das representações e imaginários sociais.

Tomando-se por base os estudos Moscovici (1961), entende-se representação social como um posicionamento da consciência subjetiva nos espaços sociais, com o objetivo de constituir o “senso comum”, isto é, uma opinião aparentemente geral, majoritária e *acordada* para aceitação da vida em sociedade. Para Moscovici (2003, p.48) “existe uma necessidade contínua de reconstituir o ‘senso comum’ ou a forma de compreensão que cria o substrato das imagens e sentidos, sem a qual nenhuma sociedade pode operar”. O jornalismo vai atuar no sentido de produzir um senso comum e uma coesão social à me-

dida que reproduz, intensifica e dissemina com amplas repetições os modelos majoritários de representações sociais.

Uma opinião pública fundada em elementos centrais e majoritários, resultado do processo de construção e reafirmação de representações sociais, tem uma característica que Charaudeau (2006, p. 253) chama de “essencialização”. Para ele, é por esse mecanismo que a opinião relativa, passível de discussão, acaba se incorporando e se transformando em “uma opinião coletiva absoluta” que vai se constituir em “nome de uma razão identitária”. Essa opinião, sediada na sociedade civil, tem origem nos “imaginários societários” arraigados na essência dos valores morais de uma época histórica. As instituições sociais, autorizadas pela credibilidade que possuem, entre elas, o jornalismo, trabalham com esses imaginários no sentido de fomentar esse “cimento identitário”, de dar essa “coesão social”, produzindo um mundo “organizado, compreensível e coerente”.

Na Idade Média, era essencialmente a Igreja que assegurava o curso de uma moral divina; no século XVIII, eram a imprensa nascente e a escola que faziam circular uma moral laica, a da razão crítica toda poderosa; no século XIX, com a industrialização, reuniram-se diferentes instâncias de organização da produção que insuflaram um moral do trabalho; século XX, os meios de informação das massas fizeram explodir a dominação dos aparelhos de Estado ao facilitar a divulgação de modelos de vida e de pensamentos ao mesmo tempo diversos e dominantes. Na segunda metade do século XX, as mídias desempenharam o papel de suporte a ponto de terem mediatizado totalmente a sociedade contemporânea: elas são portadoras de imaginários sociais que têm influência sobre as opiniões sem que se saiba verdadeiramente qual é essa influência. (CHARAUDEAU, 2006, p. 281/282).

Ocorre que a construção e reafirmação das representações sociais através das notícias não são resultados de força divina, nem do acaso e muito menos são desinteressadas e neutras. As ideias que formam esse conjunto de compreensão social majoritário sobre a realidade e sobre o *outro* e que se constituem como “opinião pública” sobre *o que há* são, em muitos casos, resultados de interesses de grupos que exercem uma relação de poder, uma postura ideológica, centrados em instituições sociais críveis e sólidas.

Para Hacktt (1999, p. 121) as notícias e as ideologias sociais dominantes estão integralmente ligadas. Ele entende por ideologia o “conjunto de regras e conceito destinados a dar sentido ao mundo que se encontra sistematicamente limitado por seu contexto social e histórico”. Essas “regras” e “conceitos” se naturalizam e servem, na prática das relações de poder, para “assinalar, ocultar ou reprimir” os fundamentos antagônicos do sistema. O autor lembra que a ideologia trabalha com conceitos que vão localizar e se constituem numa “estrutura profunda” da sociedade e que em algum momento eles serão

ativados, no caso do jornalismo, pelo jornalista numa complexa relação que envolve a organização de mídia e a audiência.

Hall et al (1999, p. 229) garantem que “os *media* tendem, fiel e imparcialmente, a reproduzir simbolicamente a estrutura de poder existente na ordem institucional da sociedade”. Assim, as principais opiniões e as ideias inseridas nas notícias sobre os mais diversos temas poderão ter peso fundamental na compreensão do que é a realidade. Nos discursos, a preponderância de concepção será do porta-voz dos interesses poderosos de uma estrutura social, isto é, dos definidores primários da informação. “As estruturas hierárquicas de comando e de revisão, a socialização informal em papéis institucionais, a sedimentação de ideias dominantes na *ideologia profissional* – todos ajudam a garantir, nos *media*, a sua reprodução continuada na forma dominante” (HALL et al, 1999, p. 231, grifo dos autores).

Uma área privilegiada no jornalismo onde se podem encontrar, talvez com mais clareza, as revelações mais explícitas de representações sociais sobre as camadas populares e a reprodução ideológica dominante subliminar é a da cobertura de crimes, especialmente no tocante aos casos de violência. A seleção, hierarquização, angulação, a forma narrativa e a exposição de notícias de crimes e violência ganham especial atenção porque vão lidar exatamente com o desvio, com o caótico, com o que é anormal diante do esperado, ou seja, com o que está fora das expectativas naturais das pessoas e da coletividade. Esse tipo de cobertura jornalística tem espaço social e geográfico definidos: as periferias das cidades, os municípios pobres, a vida privada das camadas populares.

São nas coberturas policiais, nas notícias de crime, especialmente os mais violentos, que se pode observar a ação de enquadramento, da estereotipagem, do ensinamento e da punição àqueles que quebram à lógica da ordem natural da sociedade. Nesses casos, alguns meios de comunicação de massa se revestem, em certa medida e em razão de um acordo socialmente amparado pela audiência, como “os guardiões da moralidade e da ordem pública”. Hall et al (1999, p. 237) talvez encontre uma possível explicação do porquê o crime se tornar facilmente uma notícia de impacto: “porque o seu tratamento evoca ameaças mas também reafirma a moralidade consensual da sociedade”. Para os autores, a cobertura dos fatos criminosos acaba se tornando uma peça de moralidade moderna, baseada na lei, onde “o *demônio* é expulso tanto simbólica como fisicamente da sociedade pelos guardiões – polícia e magistratura” (HALL et al, 1999, p. 237, grifo dos autores).

A cobertura dos acontecimentos criminais e de violência no jornalismo podem expor limpidamente quais os valores simbólicos partilhados naquela sociedade e que vão se concretizar nas representações e identidades socioculturais localizadas como *sense comum* da própria comunidade. Neste aspecto, Hall et al (1999, p. 228) é preciso:

Os acontecimentos problemáticos rompem com as expectativas comuns e são, por conseguintes, ameaçadores para uma sociedade baseada na expectativa do consenso, ordem e rotina. Assim, o delineamento, por parte dos media, de acontecimentos problemáticos dentro dos conhecimentos convencionais da sociedade é crucial de duas maneiras. Os media definem para a maioria da população os acontecimentos significativos que estão a ter lugar, mas também oferecem interpretações poderosas acerca da forma de compreender estes acontecimentos. Implícitas nessas interpretações estão as orientações relativas aos acontecimentos e pessoas ou grupos nela envolvidos.

Um aspecto que vai ser revelar fundamental na cobertura de notícias de crimes e de violência e que tem relação direta com a estrutura social e de poder é o carácter de força majoritária do discurso oficial sobre os fatos, como já foi visto: a preponderância de porta-vozes poderosos. É na cobertura de crimes e de violência que os jornalistas e organizações de imprensa se tornam muito dependentes das informações primárias, geradas por instituições de controle do crime.

Estereótipo: alicerce para o sensacionalismo

As representações sociais construídas a partir das notícias de crimes estão carregadas essencialmente de estereótipos. Em *Opinião Pública*, Lippmann (2008) apresenta o estereótipo como uma maneira de se processar inúmeras informações em grandes e complexas sociedades, ou seja, existem referências centrais que são utilizadas para descomplexificar o mundo, deixando-o rapidamente inteligível. O estereótipo como uma poderosa ferramenta pedagógica imanente. As palavras, as ideias e as imagens que se têm da realidade foram e estão sendo constituídas, alimentadas e realimentadas por algumas referências básicas fartamente disponíveis, principalmente através dos discursos midiáticos.

Ao definir estereótipos como “atalhos cognitivos”, Biroli (2011, p. 12) afirma que eles vão facilitar o processamento das informações. Ela defende que os estereótipos são a base das representações sociais, por isso elas são “internalizadas pelos próprios indivíduos, orientando suas ações”. A autora esclarece

Os estereótipos não são representações que deturpam modos de ser (carácter, personalidade, disposições individuais) que existiriam de maneira prévia ou in-

dependente dos processos sociais de definição de papéis e disposição dos valores – eles são parte da dinâmica social na qual se definem caráter, personalidade e disposições individuais. (BIROLI, 2011, p. 5)

De forma semelhante, Ferrés (1998, p. 288) define estereótipos como “representações sociais institucionalizadas, reiteradas e reducionistas. Trata-se de representações porque pressupõem uma visão compartilhada que um coletivo possui sobre o outro”. Vi-zeu (2006, p. 36), baseando-se em Ferrés (1998), contribui ao afirmar que “à base de rigidez e de reiteração, os estereótipos acabam parecendo naturais; a sua finalidade é, na realidade, que não pareçam formas de discurso, e sim formas de realidade”. Essa assertiva pode inserir o estereótipo nos discursos ideológicos e com uma ampla utilização dos valores morais socialmente produzidos e partilhados.

Eagleton (1997, p. 28) destaca que os discursos construídos com base no que existe e com caráter normativo vão legitimar “certos interesses de uma luta de poder”. Fazendo-se uma associação, pode-se dizer que o estereótipo é uma importante ferramenta de um discurso que terá a força de uma verdade universal não sujeita a prova racional e que servirá tanto para distorcer quando para consolidar, reafirmar, sedimentar a visão particular sobre determinados atores sociais. Há, assim, uma naturalização de padrões valorativos social e politicamente construídos. “Os estereótipos se alimentam da ausência de análise racional dos valores que os estruturam. Seriam o reflexo das identidades, o desdobramento de comportamentos, gostos e tendências fundados na natureza, na biologia, na identidade inevitável” (BIROLI, 2011, p. 10).

Mantendo a relação entre estereótipos como peça importante do discurso ideológico, Freire Filho (2004, p. 47) entende que eles “atuam como formas de imposição de sentido e ordem ao mundo social, impedindo a flexibilidade de pensamento em prol da reprodução estática das relações de poder e exploração”. Para Freire Filho (2004, p.48), o estereótipo tem o poder de reduzir a variedade de características de um povo (raça, gênero, classe social) “a alguns poucos atributos essenciais (traços de personalidade, indumentária, linguagem verbal e corporal, comprometimento com certos objetivos, etc.), supostamente fixados pela natureza”.

É no jornalismo que os estereótipos vão dialogar com os esquemas tipificadores e as “imagens arquetípicas” utilizadas por Benetti (2010, p. 155) quando esta autora defende que os acontecimentos sociais revivem constantemente o imaginário, ou seja, buscam formas prontas que são rapidamente preenchidas por uma série de simbolizações. Dentro do

jornalismo o formato que vai se apropriar de forma clara e sem cerimônias do estereótipo é o sensacionalismo.

Podemos localizar as matrizes arquetípicas em diversos acontecimentos (...) especialmente por aquilo que chamo de ‘eventos fascinantes’. São os casamentos de remetem aos contos de fada, os crimes familiares, as mortes inesperadas que geram rituais compartilhados de luto, as superações impressionantes que permitem a catarse coletiva, entre tantos outros eventos capazes de recolocar o homem na teia imaginária da humanidade. (BENETTI, 2010, p. 155)

A relação entre estereótipo e sensacionalismo é estreita. Não seria exagero assegurar que o estereótipo está na base do sensacionalismo, que por sua vez alimenta-se dele e ao mesmo tempo é alimentado por ele. Os produtos da imprensa que se dedicam repetidamente ao extraordinário, ao aberrante cumprem a tarefa de apresentar pedagogicamente para a audiência quais são as referências, os padrões, os modelos de comportamento, de pessoas, de grupos que são aceitáveis e os que são reprováveis. O sensacionalismo utiliza os estereótipos para definir “eventos e indivíduos distantes a partir de imagens já conhecidas do público, moralmente codificadas, e apresentam novas situações em narrativas que mobilizam sentidos e informações que lhe são familiares” (BIROLI, 2011, p. 13).

É Pedroso (2001, p. 108) quem talvez melhor identifique o uso do estereótipo pelo sensacionalismo. Ela avalia que as pessoas, no processo de construção dos discursos jornalísticos em produtos sensacionalistas, acabam sendo rotuladas, ou seja, estereotipadas e estigmatizadas para melhor serem enquadradas.

Através da nominalização ou estereotipagem de grupos e pessoas, o jornal ao mesmo tempo segrega as identidades com comportamento transgressor num dualismo constante entre ordem-desordem e norma-desvio, e as exacerba, na medida em que valoriza discursivamente o espaço do crime e dos criminosos, situando-as próximas do exótico-e-ameaçador porque sempre centradas em um sentimento permanente de vingança. (PEDROSO, 2001, p. 98)

Para além da “ordem-desordem”, da “norma-desvio”, do “comportamento transgressor” plenamente identificável em “criminosos”, um dos principais estereótipos utilizados pelos produtos sensacionalistas na imprensa é o da pobreza, associado-a a criminalidade e a violência. Marocco (1998, p. 01) lembra que os “pobres e delinquentes são construídos como objetos do discurso jornalístico”, com fins muito específicos na formação de representação social. Segundo a autora, quase nada se sabe sobre as personagens pobres e marginalizadas, sobre o contexto onde estão inseridas, suas histórias, a conjuntura político-econômica perversa que produz os pobres, mas se sabe o suficiente para

enquadrá-los socialmente. Os pobres se tornam plenamente visíveis, necessariamente visíveis para controle, segregação e eliminação, através da violência. E é por este aspecto que se pode entender como “o jornalismo ‘disciplinou’ ou ‘sujeitou’ e fixou, pela redundância diária em espaço garantidos na imprensa e ao longo da história, determinados ‘tipos’ necessários a uma ‘ordem’ das coisas na sociedade” (MAROCCO, 1998, p. 02).

Considera-se para efeito deste trabalho que os pobres, alvo preferencial dos discursos estereotipados dos produtos sensacionalistas, são homens, mulheres e crianças moradores nas periferias das capitais e de zonas miseráveis de muitas cidades do interior, nordestinos, analfabetos ou semianalfabetos, negros ou quase negros, adeptos de religiões africanas, homossexuais, adolescentes e adultos que estudam em escolas públicas, desempregados ou subempregados, sem terra e sem teto, empregadas domésticas, ajudantes, serventes, diaristas, biscateiros e os que desempenham profissões consideradas subalternas, além de moradores de ruas, prostitutas, travestis.

O discurso jornalístico, especialmente no formato sensacionalista, foi histórica, estratégica e pedagogicamente construído a partir de estereótipo da pobreza, com base nos interesses e objetivo de uma classe dominante e dirigente. A tipificação estereotipada da pobreza serve para que a maioria da sociedade logo identifique e compreenda a relação sinônima entre pobreza e violência.

Sensacionalismo e a criminalização da pobreza

Diante de inúmeros crimes cotidianos, com destaque para a violência, a produção sensacionalista na imprensa seleciona aqueles que têm detalhes que beiram a desumanidade, muitas vezes com detalhes desprezíveis do ponto de vista jornalístico, para intensificá-los e enquadrá-los como extraordinários. A informação, nesse caso, passa a ser uma mera peça assessória. O principal será o detalhe sórdido. Um dos objetivos em identificar os bastidores dos fatos, realçá-los narrativamente e torná-los os mais aberrantes e bizarros possíveis é difundir na notícia uma ideia subliminar de medo, de pânico social, de fim de mundo. Será uma notícia exemplar. O quadro discursivo é tão espetacular que pode gerar, em um primeiro momento, uma anestesia contemplativa quase incrédula diante dele; e, num segundo momento, produzir alguma uma ação verbal de fúria contra o agressor da normalidade, o desviante da ordem social.

No entanto, não são todas as personagens sociais que vão ganhar notoriedade nas notícias de crime e violência, especialmente nos produtos sensacionalistas. Pessoas e

grupos estereotipados e identificados com pobres tornam-se alvo preferencial dos casos envolvendo notícia de crime e violência, em razão de uma *natural* potencialidade criminosa, segundo a ideia construída ideologicamente. O resultado da associação jornalística sensacionalista entre pobres e crimes origina a criminalização da pobreza e o desenvolvimento de campanhas públicas, veladas ou não, pelo controle social e até pelo extermínio desses grupos perigosos e que estão, no entender do discurso ideológico dominante, em oposição ao ideário da ordem, do progresso e do desenvolvimento.

Valladares (1990, p. 6) explica que o discurso midiático padrão vai trabalhar essencialmente com um mundo dual. “De um lado, o mundo do trabalho, da moral, da ordem; do outro, um mundo às avessas – amoral, vadio, caótico – que deveria ser reprimido e controlado para não comprometer a ordem”. Esses dois lados são plenamente referenciais e visíveis, isto é, não há ocultação. Há uma necessária visibilidade, pelos meios de comunicação, desse estrato social subalterno e rebaixado, que ocorre, segundo Bursztyn (2003), em três etapas que se sucedem.

A primeira, “é da elaboração de um discurso ideológico de *desqualificação*”, onde é construída uma imagem demonizada do “outro” associada a problemas de desordem, insegurança, epidemias e criminalidade, servindo de legitimação de uma ruptura de contrato social. A segunda é a *desvinculação*, que expressa a rejeição pela sociedade dos indivíduos “desqualificados” ou afastados dos processos produtivos reconhecidos. (...) A terceira, que radicaliza as precedentes, é a eliminação, e pode se dar tanto pelo extermínio, pela esterilização cultural ou mesmo pela deportação. (BURSZTYN, 2003, p. 39)

A criminalização da pobreza tem raízes históricas e, no Brasil, está fortemente aliçada em seu passado colonial escravagista e nas relações predatórias de inserção, mais recentemente, a um capitalismo de consumo. Coimbra (2001) comprova que desde meados do século XIX já se encontravam presentes nas elites brasileiras – proprietárias dos meios de comunicação - as concepções que impunham uma ideia de periculosidade natural, biológica aos pobres e negros. Para ela, a elite brasileira sempre entendeu que a natureza social (pobre, negro, analfabeto, morador de periferia, etc) resultará no cometimento de atos perigosos. Através dos vários discursos produzidos pelas instituições sociais, esse quadro se cristalizará com verdade absoluta, provada até cientificamente.

Na história, a imprensa é uma das grandes responsáveis pela difusão da ideia do pobre como criminoso nato e será na produção sensacionalista que essa concepção ganhará força, será reafirmada, intensificada e destinada especialmente para as camadas mais pobres da população em forma de verdade incontestável.

Os periódicos sensacionalistas passam, mais claramente, a canalizar e disseminar as teorias criminológicas no fim do século XIX e início do XX e que torna natural a associação entre pobreza, violência e criminalidade. Jornalistas e organizações de imprensa, devotados ao sensacionalismo, ajudam sobremaneira, a partir de uma seleção que leva em conta o máximo desvio da ordem e a insistente repetição narrativa, a construir estereótipos em torno de um tipo padrão de pobre-criminoso, evidenciando seus traços físicos, forma de sua personalidade e sua exata localização geográfica, ou seja, onde se esconde e é encontrado, onde o crime é banal e de onde não deve sair.

A ciência racionalista (...) justifica os fundamentos da escravidão, em especial do negro, por intermédio das teorias racistas. Estas realçam – baseadas nos ideais eugênicos – as misturas raciais indesejáveis, aquelas que explicariam as enfermidades, imbecilidades, indolências, doenças físicas e morais de todos os tipos e que, por conseguinte, estariam “nas origens dos perigos sociais”. A própria “natureza” dos negros, sua índole preguiçosa e negligente, justificaria o tratamento vil a que eram submetidos (COIMBRA, 2001, p.02).

Historicamente foram desenvolvidos e bastante difundidos na imprensa “conceitos como prole malsã, herança degenerativa, degenerescência da espécie, taras hereditárias, inferiorização da prole, procriação defeituosa, raça pura, embranquecimento, aperfeiçoamento da espécie”. (COIMBRA, 2001, p. 01). Não era raro encontrar na imprensa no Brasil do início do século XX e no começo do XXI verdadeiras campanhas de limpeza social diante de casos espetaculares de crimes e violência, principalmente, pregando-se a “a esterilização dos degenerados como profilaxia para os males sociais”.

Marocco e Berger (2005, p. 02) lembram que, historicamente, a mídia sempre configurou “certos indivíduos e os combatiam para levantar uma barreira de moralidade”. Para elas, a imprensa reforça a cobertura sobre a violência conectada às camadas mais pobres com o claro objetivo de provocar uma ampla campanha de reprovação pública e, em consequência, dar unidade em torno da normalização social. Assim, a notícia insinuase, neste quadro, como um instrumento de controle social que poderá “gerar a coesão social em torno da norma (que marginaliza o outro, o infrator) ou dar conta dos procedimentos técnicos de coação dos corpos dos mais perigosos, incluindo-os no discurso para visibilizar a sua exclusão da sociedade”, (MAROCCO; BERGER, 2005, p. 02).

Malaguti Batista (2003, p. 52) afirma que o espetáculo de sangue que a sociedade é submetida cotidianamente através da mídia é um conjunto de alegorias do poder que já chegou ao Brasil na bagagem da inquisição moderna ibérica. Essa prática absorvida pela sociedade garantiu a instalação de uma organização social rígida e hierarquizada. “Nesta

organização as classes subalternas, mais que compreender, a nível da razão, foram (e seguem sendo) levadas a ver e a sentir seu lugar na estrutura social”. Para ela, a difusão de imagens do terror produz políticas violentas de controle social. “É como se a memória do medo, milimetricamente trabalhada, construísse uma arquitetura penal genocida cuja clientela-alvo se fosse metamorfoseando infinitamente entre índios, pretos, pobres e insurgentes” (MALAGUTI BATISTA, 2003, p. 105).

A construção discursiva midiática que associa pobreza e criminalidade leva a análise ao patamar da “barbárie”, ou seja, a um estágio social brutal, de horror, pavor, atrocidade, crueldade, selvageria. Muitos produtos sensacionalistas seriam como diários desse mundo “real” de barbárie. Para Menegat (2007, p 38) o capitalismo produziu uma burguesia detentora dos meios de produção, acumuladora voraz de capital e profundamente autoritária nas relações sociais, porque sustenta privilégios na base da máxima exploração dos trabalhadores. “A sua frieza social amesquinhadora que a torna abertamente cruel, realizando como algo natural e inevitável a contenção da pobreza por meio da criminalização dos pobres, cujo resultado é o genocídio das ‘massas sobranes’ neste novo arranjo social”. Por outro lado, a classe média, segundo esse mesmo autor, vive a eterna tensão de perder *status* e descer até às camadas mais pobres, o que a faz adotar posturas extremamente conservadoras, exigindo e se regozijando “com a brutal repressão policial que as massas excluídas sofrem cotidianamente” (MENEGAT, 2007, p 38).

Seja para burguesia financeira, seja para a classe média e mesmo para as camadas mais pobres, dar visibilidade criminalizando a pobreza significa, pedagógica e estrategicamente mapear seus passos, controlar suas ações e ensinar, inclusive através da mídia, qual o papel destinado a elas na estrutura social.

Visibilidade para controle e domesticação da barbárie

As coberturas noticiosas sobre crime e violência nos produtos sensacionalistas têm peculiaridade analítica porque seu discurso praticamente se mantém inalterado, independente das histórias a narrar e até do espaço/tempo onde foram construídas. Mudam-se os cenários, mas a essência discursiva praticamente é a mesma. Estarão sempre presentes o marginal, o bandido, o criminoso, o pervertido, a vítima e seus parentes, os instrumentos do crime, a polícia, as testemunhas, a fala do “povo”, tudo isso envolvido em narrativas que suscitam sentimentos como medo, revolta, vingança, etc. Todo esse discurso salientado e repetido cotidianamente assume uma condição de ferramenta pedagógica, utili-

zada para atender ideologicamente interesses de grupos dominantes, que definirão os papéis e os lugares das pessoas e dos grupos na estrutura social. Para Malaguti Batista (2003, p. 21), “no Brasil a difusão do medo do caos e da desordem tem sempre servido para detonar estratégias de neutralização e disciplinamento planejado das massas empobrecidas”. Assim, as notícias de crime e violência são

uma fonte importante de informação sobre os contornos normativos de uma sociedade. Informam-nos do que está certo e errado, dos parâmetros para além dos quais não devemos nos aventurar e das formas que o demônio pode assumir. Uma galeria de tipos populares – heróis e santos, e também bobos, vilões e demônios – é publicitada não só na tradição oral e no contato cara-a-cara, mas a um público muito mais vasto e com recursos dramáticos muito maiores (COHEN e YOUNG, 1981, p. 431, in BIRD e DARDENNE, 1999, p. 267).

No entanto, não são todos os acontecimentos de crimes que são utilizados pedagogicamente para criminalizar a pobreza. Ganham força discursiva, nesse sentido, apenas aqueles casos com potencialidade aberrante, com bastidores horrendos, porque vão produzir com consistência ideológica dominante a desconfiança, medo na “população” e a defesa violenta e rigorosa das normas. Alguns casos selecionados se tornam acontecimentos exemplares para materializar a periculosidade e realçar os estereótipos associados: pobreza, ociosidade, enfermidade, imoralidade.

A produção sensacionalista cumpre o objetivo de mapear geograficamente as “classes perigosas”, imponho a elas o nascedouro e o foco do terror. As identificações espaciais precisas dessa camada da população, onde pode ser facilmente reconhecida é absolutamente estratégico para os setores poderosos. No início do século XX, por exemplo, “os jornais estabeleciam um mapa da presença dos indivíduos, reconhecendo como perigosos certos trajetos por onde circulavam e como impróprios os lugares em que viviam” (MAROCCO, 2004, p. 22). Neste quesito, o jornalismo se torna parceiro do Estado para reprimir a ociosidade e “impor uma nova ordem produtiva moralista através do trabalho e da celebração retórica do seu poder regenerador, o que atendia à demanda urgente por mão de obra barata da nascente indústria nacional” (MAROCCO, 2004, p. 50).

Essa ação de controle social das camadas pobres pelo Estado e pelo capital através da imprensa é analisada por Brittos e Gastaldo (2006). Eles defendem que coube à mídia produzir um exercício cotidiano de absorção de uma pedagogia para a internalização do controle social, transformando a sociedade disciplinar em uma de controle democrática.

Nas sociedades capitalistas contemporâneas, há gradações entre os recursos de vigilância e punição. Como mostrou Foucault, em *Vigiar e punir*, a prisão ser-

ve para confirmar as ilegalidades da classe dominada, sendo um aparato de conformação da docilidade dos corpos. Num primeiro momento, o aparato prisional e a estrutura comunicacional poderiam ser incomparáveis, mas não o são (BRITTOS e GASTALDO, 2006, p. 127/128).

Thompson (2012, p.175) lembra que Foucault já apontava o *ancien regime* como as origens da sociedade do espetáculo e do controle social, onde o poder era exercido de forma pública, revelando a força suprema do soberano. “A execução pública numa praça de mercado se tornava um espetáculo no qual o soberano se vingava, reafirmando a glória do rei através a destruição de um súdito rebelde”.

No entanto, a partir do século XVIII na Europa, as cerimônias de execução pública tornaram-se perigosas porque começou a surgir uma espécie de solidariedade popular para com os *delinquentes*. Por isso, mudou-se a estratégia do castigo. Agora é preciso “fazer das punições e da repressão uma função regular, não punir menos, mas melhor, introjetando no conjunto da sociedade o poder de punir” (MALAGUTI BATISTA, 2003, p. 144). Constituiu-se, assim, uma “sociedade disciplinar”, onde a visibilidade de poucos diante de muitos foi substituída pela visibilidade de muitos diante de poucos. Nesse novo ambiente, a manifestação espetacular do poder soberano foi substituída pelo poder do olhar (THOMPSON, 2012, p. 175). A visibilidade das *figuras perigosas* para exercer o controle está baseada aí. “Cada vez mais os indivíduos são conduzidos a um novo sistema de poder no qual a visibilidade é um meio de controle” (THOMPSON, 2012, p. 176).

Os jornais se constituíram uma ferramenta pedagógica estratégica para disseminar as normas e regras elementares de defesa da propriedade e da necessidade de treinamento para o comportamento dócil ao mundo do trabalho. O próprio Foucault (1995, p.251) revela o poder dos meios de comunicação de massa, especialmente através nas notícias sobre violência, no processo de controle social. Para ele, coube ao noticiário policial apresentar de forma clara os *delinquentes*, mostrando-os bem próximos e presentes em quase todas as partes. “A notícia policial, por sua redundância cotidiana, torna aceitável o conjunto dos controles judiciários e policiais que vigiam a sociedade; conta uma espécie de batalha interna contra o inimigo sem rosto.” (FOUCAULT, 1995, p. 251).

Uma sociedade constituída nessas condições produz indivíduos sem referência à sensibilidade humana em razão da repetição cotidiana de cenas de barbárie. A exposição naturalizada e continuada de crimes, violências, casos aberrantes praticamente elimina o choque, o poder de reação contra o grotesco, e chega a produzir o riso pelo espetáculo e o envolvimento passional na história, geralmente externando o desejo de vingança, tortura e

eliminação contra o “agressor”. “A combinação de estratégias de exclusão, criminalização e brutalização dos pobres impedem a condensação de um sentimento de injustiça capaz de rebelar-se contra o sistema” (MALAGUTI BATISTA, 2003, p. 83).

Para Sodré e Paiva (2002, p. 102), o sensacionalismo trabalha com o *grotesco* como um espetáculo, uma “festa”, onde o “riso é ambivalente e coletivo”. Há um “riso cruel” a partir do “gozo com o sofrimento do outro”, mas justificado como “justiça”. Impor o justicamento ao bárbaro torna-se um anúncio claro aos pobres e é motivo de alívio e causa júbilo para a maioria. É a barbárie domesticada para a barbárie.

O sensacionalismo e a esfera pública limitada

A imprensa sensacionalista, por sua configuração, torna-se um fenômeno que inverte princípios da prática jornalística à medida que sua atuação se pauta, em muitos aspectos, pelo intencional desvio de temáticas centrais da sociedade, além de criminalizar as camadas populares a partir de representações sociais de periculosidade. Um dos resultados dessa prática, nem sempre percebível, é a constituição de uma esfera pública potencialmente manipulada e confinada a um ângulo estreito, uma esfera pública limitada.

O sensacionalismo carrega suas atenções em conteúdos descontextualizados, privilegiando a extrema simplificação, fragmentação, banalização da violência, ocultando-se fatos políticos e sociais relevantes. (ANGRIMANI, 1995; PEDROSO, 2001; BARBOSA, 2005; AMARAL, 2006; entre outros). Essas características contribuem sobremaneira para a formatação de um *sensu comum* que produzirá necessariamente opiniões públicas fragilizadas e limitadas do ponto de vista político. O sensacionalismo opõe-se a uma esfera pública onde todos possam participar em condições de igualdade, discutindo os temas/problemas com a necessária profundidade, desenvolvendo uma consciência pessoal e coletiva para ter a capacidade de opinar e melhor decidir.

O jornalismo popular sensacionalista, de forma política interessada, constrói uma esfera pública limitada, impondo superficialmente apenas alguns temas baseados em estereótipos, em preconceitos, na criminalização da pobreza. Ao cidadão não é dada a oportunidade de conhecer de forma contextualizada os vários ângulos da realidade, ficando preso a formulações vazias, reducionistas, limitadas, o que interessa a grupos político-econômicos dominantes. As representações sociais criminalizadas se configuram num grave problema em qualquer sistema de se proponha democrático. O jornalismo sensa-

cionalista conduz parte da esfera pública a uma condição de aprisionamento em si mesma, em razão de uma repetição sem trégua de uma representação social estereotipada das camadas populares como grupo perigoso. A transformação da informação jornalística em espetáculo, por exemplo, é trágica para na esfera pública porque somente “impõem-se o fascínio estético das aparências”. (SODRÉ; PAIVA, 2002, p. 108). O sensacionalismo cumpre o objetivo de afastar o cidadão da política e dos temas centrais que o envolve.

Das páginas sensacionalistas dos jornais às revistas de fofocas com celebridades e à heterogenidade da programação televisiva, a massa busca um espetáculo que a divirta e ao mesmo tempo integre, ainda que imaginariamente no espaço público – espaço, como se sabe, historicamente difícil de construir num país como o Brasil, cujas elites sempre sufocaram o Estado e a República com seus interesses privados (SODRÉ; PAIVA, 2002, p. 110).

E esta é uma construção histórica. Para Hansen (2007), o século XIX no Brasil acaba se configurando por uma ordenação jurídica que consolidou a organização familiar, a educação e o poder das elites, às quais cabia e se aplicava, de forma restrita, a definição de cidadãos. “Os outros, ou seja, escravos, homens livres pobres, mulheres e crianças, não eram vistos como portadores de identidade própria, nem reconhecidos na esfera pública, estando, inclusive, impedidos de expressarem-se publicamente” (HANSEM, 2007, p. 182)

A condição privada da imprensa pode ser peça chave para entender o caráter limitado da esfera pública. O jornalismo torna-se um divulgador pedagógico de valores privados individuais e coletivos. Habermas (1984, p. 218), por exemplo, afirma que a imprensa se torna uma “instituição de determinados membros do público enquanto pessoas privadas – ou seja, pórtico de entrada de privilegiados interesses privados na esfera pública”. Segundo ele, à medida que o “jornalismo-publicitário” começou a mostrar sua grande eficácia, maior foi a pressão exercida pelos mais diversos interesses privados.

Sem abordar o sensacionalismo, mas tratando de “representação dramática dos fatos” e de produzir “estereótipos calculados”, Habermas (1984, p. 227) compreende que a imprensa, nas mãos dos interesses privados, “pretende uma reorientação da opinião pública mediante a formação de novas autoridades ou símbolos que terão aceitação”. Para esse autor, a imprensa e as organizações privadas

buscam conquistar junto ao público intermediário por elas uma entusiástica aprovação que ratifique formações de compromissos sujeitos ao crédito público, ainda que desenvolvidos grandemente a nível interno, ou ao menos, tratam de assegurar a sua passividade repleta de boa vontade – seja para transformar tal

concordância em pressão política, seja para, a base da tolerância alcançada, neutralizar pressões políticas contrárias (HABERMAS, 1984, p. 234)

Vieira (2001, p. 62/63) lembra que “o cidadão autônomo, cujo julgamento racional e participação eram condição *sine qua non* da esfera pública, foi transformado em cidadão-consumidor de imagens e mensagens transmitidas por grandes *lobbies* e organizações”. Para ela, esse quadro provoca o empobrecimento da vida pública e terá como consequências a constituição de uma sociedade baseada na “de vigilância e voyeurismo (Foucault), por um lado, e da colonização do mundo da vida (Habermas), por outro”.

Conclusão

O jornalismo devotado ao exagero, à valorização da emoção, à exploração de bizarrices atua para não possibilitar o exercício fundamental e qualificado da esfera pública, com vistas à interferência no espaço político: participação do cidadão, debates e melhores deliberações.

O sensacionalista se tornou uma peça discursiva para construção/reafirmação de imaginários coletivos, a partir de estereótipos e de representação das camadas populares como grupos perigosos. A cobertura midiática de crimes violentos é um ambiente propício para o exercício da criminalização da pobreza na produção sensacionalista, com a difusão da cultura do medo. Ocorre que há outra consequência dessa prática, estratégica e pedagogicamente intencional, e que, na maioria das vezes, não é perceptível: a domesticação da barbárie e a limitação da esfera pública.

O jornalismo, em lugar de contribuir com a informação para o amplo debate qualificado gerando melhores deliberações em função do interesse público, tem o sensacionalismo como um limitador por seu caráter descontextualizado, reducionista, desviante, produtor de uma *opinião* vazia e tão somente baseada em julgamento passional, condição que interessa a grupos político-econômicos dominantes, que podem exercer, em certa medida, o papel de manipulação. Baseando-se em Habermas (1984, p. 228) é fundamental compreender que o consenso sobre algo é construído como se fosse fundamental para o interesse público e geral e que, essa condição imposta à esfera pública, limita-a, aprisiona-a, encarcera-a. Na prática não existiria mais um interesse geral, mas interesses de grupos privados, unidos pelas relações de poder dominantes.

O riso cruel diante das notícias de crime e violência pode ser, na verdade, uma forma de manifestação externa pretendida pelos grupos socialmente dominantes. O sensacionalismo age estratégica e pedagogicamente para afastar a camada mais pobre da sociedade (consumidora em potencial de uma imprensa barata e popular) da possibilidade de atitudes críticas e libertadoras diante dos fatos. Mesmo sendo vítima permanente de criminalização, ela não consegue se reconhecer nessa condição de oprimida. Identifica como bárbaro o agressor e não enxerga na ação de barbárie o preconceito, a vingança, o extermínio, o justicamento construído no discurso dominante.

Referências

AMARAL, Márcia. **Jornalismo Popular**. São Paulo: Contexto, 2006.

ANGRIMANI, Danilo. **Espreme que sai sangue**: um estudo do sensacionalismo na imprensa. São Paulo: Summus, 1995.

BENETTI, Marcia. O jornalismo como acontecimento. *In*: BENETTI, Marcia e FONSECA, Virgínia P. da Silveira. (orgs). **Jornalismo e Acontecimento: Mapeamentos críticos**. Florianópolis: Insular, 2010.

BIRD, E.; DARDENNE, R. W. Mito, registro e “estórias”: explorando as qualidades narrativas das notícias. *In*: TRAQUINA, N. (Org.). **Jornalismo: Questões, Teorias e Estórias**. 2. ed. Lisboa: Vega, 1999. p. 263-277.

BIROLI, Flávia. É assim, que assim seja: mídia, estereótipos e exercício de poder. *In* IV Encontro Compolítica. **Anais**. Rio de Janeiro, 2012. Disponível em <http://seer.bce.unb.br/index.php/rbcp/article/viewFile/5732/4738>

BRITTOS, Valério; GASTALDO, Èdison. Mídia, poder e controle social. *In*: **Revista ALCEU**. Rio de Janeiro, v.7, n.13, p. 121 a 133, jul./dez. 2006. Disponível em: http://revistaalceu.com.puc-rio.br/media/alceu_n13_Brittos%20e%20Gastaldo.pdf Acesso em 20 dez 2012.

BURSZTYN (org.), Marcel. **No meio de rua** – Nômades, excluídos e viradores. Rio de Janeiro: Garamond, 2003.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso Político**. Tradução Fabiana Komesu e Dilson Ferreira da Cruz. São Paulo: Contexto, 2006.

COIMBRA, Cecília. **Operação Rio- o mito das classes perigosas**: um estudo sobre a violência urbana, a mídia impressa e os discursos de segurança pública. Rio de Janeiro: Intertexto, 2001.

EAGLETON, Terry. **Teoria da literatura: uma introdução**. Trad. Waltensir Dutra. 3 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997

FERRÉS, Joan. **Televisão subliminar**: socializando através de comunicações despercebidas. Porto Alegre: Artmed, 1998.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**. Petrópolis: Vozes, 1995.

FREIRE FILHO, João. Mídia, Estereótipo e Representações das Minorias. In: **Revista ECO-PÓS**, Rio de Janeiro, v. 07, nº 02, p.45-71, ago./dez. 2004. Disponível em: http://www.unifoa.edu.br/portal/plano_aula/arquivos/04848/M%C3%ADdia,%20Esteri%C3%B3tipo%20e%20Representa%C3%A7%C3%A3o%20das%20minorias.pdf Acesso em 19 dez 2012.

GITLIN, Todd. **The whole world is watching**: mass media in the making & unmaking of the new left. Berkeley: University of California Press, 1980. Tradução de MTGF de Albuquerque e FFLA de Albuquerque.

_____. **Mídias sem limite**: como a torrente de imagens e sons domina nossas vidas. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

HABERMAS, Jurgen. **Mudança estrutural da esfera pública**: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

HACKETT, R. A. Declínio de um paradigma? A parcialidade e a objectividade nos estudos dos media noticiosos. In: TRAQUINA, N. (Org.). **Jornalismo**: Questões, Teorias e Estórias. 2. ed. Lisboa: Vega, 1999. p. 91-100.

HALL, S. et al. A produção social das notícias: o *mugging* nos media. In: TRAQUINA, N. (Org.). **Jornalismo**: Questões, Teorias e Estórias. 2. ed. Lisboa: Vega, 1999. p. 224-248.

HANSEN, Messiluce da Rocha. **Esfera pública, democracia e jornalismo**: as representações sociais de cidadania em “Veja” e “IstoÉ”. São Cristóvão/SE: Editora UFS, 2007.

KELLNER, Douglas. **A Cultura da Mídia – estudos culturais**: identidade e política entre o moderno e o pós-moderno. Bauru: EDUSC, 2001.

LIPPMANN, Walter. **Opinião Pública**. Tradução e Prefácio: Jacques A. Wainberg. Vozes: Petrópolis, 2008.

MALAGUTI BATISTA, Vera. **O medo na cidade do Rio de Janeiro**: Dois tempos de uma história. 2 ed. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

MAROCCO, Beatriz A. O espaço perceptivo da exclusão na mídia. In: Congresso Alaic. **Anais**, Recife, 1998.

_____. **Prostitutas, jogadores, pobres e vagabundos no discurso jornalístico**. São Leopoldo/RS: Editora Unisinos, 2004.

MAROCCO, Beatriz A.; BERGER, Christa. A notícia como forma de controle social. In: XIV Encontro da Compós, **Anais**. Niterói, 2005.

MENEGAT, Marildo. A face e a máscara: a barbárie da civilização burguesa. *In: Revista Pegada*. São Paulo, nº 02, v. 8, p. 27-46, dezembro de 2007. Disponível em <http://www4.fct.unesp.br/ceget/PEGADA82/2Texto-Marildo.pdf> Acesso em 05 nov 2012.

MOSCOVICI, Serge. **Representações sociais**: investigações em Psicologia Social. Petrópolis: Vozes, 2003.

PARK, Robert E. **A notícia como forma de conhecimento**: um capítulo da sociologia do conhecimento. São Paulo, Cultrix, 1972.

PEDROSO, Rosa. N. **A construção do discurso de sedução em um jornal sensacionalista**. São Paulo: Annablume, 2001.

RODRIGUES, Adriano Duarte. O acontecimento. In Nelson Traquina (org). In **Jornalismo: questões, teoria e “estórias”**. 2ª edição. Ed. Vega, 1999.

SODRÉ, Muniz e PAIVA, Raquel. **O império do grotesco**. Rio de Janeiro, Mauad, 2002.

THOMPSON, John B. **A mídia e a modernidade**: uma teoria social da mídia. 13 ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

TUCHMANN, Gaye. **La producción de la noticia**. Barcelona: Gili, 1983.

VALLADARES, Lícia Prado. Cem anos pensando a pobreza (urbana) no Brasil. Texto apresentado no **XIV Encontro da ANPOCS**. Caxambu, 1990, p. 6.

VIEIRA, Liszt. **Os argonautas da cidadania**: A sociedade civil na globalização. Rio de Janeiro: Record, 2001.

VIZEU, Alfredo. Jornalismo e representações sociais: algumas considerações. *In: Revista FAMECOS*. Porto Alegre, nº 30, p. 31-38, agosto de 2006. Disponível em <http://200.144.189.42/ojs/index.php/famecos/article/viewFile/488/412> Acesso em 08 jan 2013.

_____. O telejornalismo como lugar de referência e a função pedagógica. *In: Revista FAMECOS*. Porto Alegre, nº 40, p. 77-83, dezembro de 2009. Disponível em <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/viewFile/6321/459> Acesso em 07 jan 2013.